

Á  
Exm<sup>a</sup>. Comissão Parlamentar do Trabalho e Segurança Social da  
Assembleia da República

N/Ref<sup>a</sup>. 028/ 2019-02-13

Assunto; ENVIO DE APRECIACÃO DA USC/CGTP-IN AO PROJ. LEI 1012/XIII (PAN)

Exm<sup>os</sup>, Senhores,

Em anexo, enviamos, em impresso próprio a apreciação desta organização sindical com âmbito no Distrito de Coimbra ao Proj Lei supra.

Na expectativa de que o mesmo será tido em conta, endereçamos aos mais respeitosos cumprimentos.

Atenciosamente,

Pel` O Sec. da Dir. Dist. da  
USC/CGTP-IN

António Moreira, Coordenador

**APRECIACÃO PÚBLICA**

Diploma:

 Proposta de lei n.º \_\_\_/XIII (3.ª) Projeto de Lei n.º 1012/XIII (3ª) Proposta de alteração

Identificação do sujeito ou entidade (a)

UNIÃO DOS SINDICATOS DE COIMBRA/CGTP-IN

Morada ou Sede:

Avª. Fernão de Magalhães, n.º. 640 – 2.º. Esq.º.Local CoimbraCódigo Postal 3000-174Endereço Electrónico [usc.cgtp@gamil.com](mailto:usc.cgtp@gamil.com)

Contributo: **\_\_ Projecto de Lei nº 1012/XIII (PAN) Procedo à alteração do Regime de Execução do Acolhimento Familiar, reforçando o acolhimento familiar, promovendo uma política efectiva de desinstitucionalização de crianças e jovens (Separata nº 106, DAR, de 15 de Janeiro de 2019)**

O Projecto em apreciação propõe-se alterar o regime de Execução do Acolhimento Familiar, constante do Decreto-Lei 11/2008, de 17 de Janeiro, tendo como objectivo alterar o paradigma do acolhimento residencial, promovendo o acolhimento familiar em detrimento da institucionalização de crianças e jovens em risco.

Em Portugal, apesar de todas as recomendações, o acolhimento familiar continua a ter uma expressão muito reduzida, sendo as crianças e jovens maioritariamente encaminhados para o internamento em instituições. Esta fraca adesão ao acolhimento familiar tem sido explicada pelo facto de existirem poucos incentivos para as famílias de acolhimento, com a agravante de ainda poderem ser prejudicadas em alguns aspectos, nomeadamente a nível fiscal e no acesso a algumas prestações sociais.

Neste quadro, a primeira proposta deste projecto vai no sentido de fazer uma distinção clara entre o acolhimento familiar exercido a título profissional e o exercido a título não profissional.

Actualmente, de acordo com o regime em vigor, o acolhimento familiar é preferencialmente exercido como actividade profissional, sendo considerado como uma prestação de serviços, só muito residualmente se fazendo referência ao exercício do acolhimento familiar a título gratuito e sem que daí se retirem as devidas consequências em termos de regime jurídico.

O presente Projecto vem clarificar que o acolhimento familiar pode ser exercido a título de actividade profissional ou não profissional, sendo que apenas no caso do acolhimento familiar como actividade profissional há lugar a retribuição pelos serviços prestados, o que nos parece justo.

Já no que diz respeito à atribuição do subsídio para a manutenção de cada criança ou jovem acolhido não nos parece correcto que apenas seja atribuído no caso do acolhimento não profissional, na medida em que, no caso do acolhimento profissional, uma coisa é a retribuição pelo serviço prestado e outra muito diferente é o acréscimo de despesas com a manutenção da criança ou jovem acolhido, que se verifica tanto no caso do acolhimento ser exercido como actividade profissional ou não profissional.

Por outro lado, no que respeita à atribuição de direitos laborais, não temos nada a opor a que sejam atribuídos às famílias de acolhimento os direitos de parentalidade previstos na legislação laboral, com as devidas adaptações. No entanto, também aqui devemos distinguir conforme o acolhimento familiar é exercido como actividade profissional ou não profissional, sendo que, no caso de ser exercido como actividade profissional, a atribuição de direitos de parentalidade não deve ser alheia a esta circunstância e nomeadamente ao facto de, sendo o acolhimento exercido como actividade profissional principal ou secundária por pelo menos um dos membros do agregado familiar, no caso de ser exercida outra actividade profissional, esta deve sê-lo em horário compatível com as funções próprias de família de acolhimento.

Da mesma forma, discordamos em principio da possibilidade de as famílias de acolhimento deduzirem em sede de imposto as despesas com as crianças acolhidas nos mesmos termos em que deduzem as despesas com os seus próprios filhos, excepto na medida em que se trate de despesas que excedam o valor atribuído para a manutenção de cada criança ou jovem acolhido ou no caso de o acolhimento ser exercido a título não profissional e sem remuneração.

Em conclusão, concordamos que o acolhimento familiar é uma medida de protecção das crianças e jovens em risco que, do ponto de vista social e afectivo, apresenta inegáveis vantagens relativamente à institucionalização, na medida em que permite à criança ou jovem a integração num meio familiar, que é em principio o meio natural mais adequado ao desenvolvimento harmonioso da criança.

Por isso, face à escassa disponibilidade das famílias para o exercício do acolhimento, o Estado deve sem dúvida tomar medidas adequadas à promoção da actividade, a começar pela previsão de formas de atribuição directa de justa compensação pelos serviços prestados.

Data Coimbra, 2019-02-13

Assinatura \_\_\_\_\_

(a) Comissão de trabalhadores, comissão coordenadora, associação sindical, ou associação de empregadores, etc.